



TERRITÓRIO FEDERAL DO GUAPORÉ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

DECRETO Nº 97 DE 22 DE JULHO DE 1954.

Declara em comisso e incorpora ao Patrimônio Municipal o lote de terra nº 12-A, da quadra urbana nº 39.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO VELHO,

CONSIDERANDO que o foreiro de terras do Patrimônio Municipal é obrigado, de acordo com o artigo 3º, da lei nº 13, de 27 de novembro de 1915, a "tornar útil o terreno aforado, cercando-o no prazo de seis meses, da data da concessão, edificando-o em todo ou em parte, como for conveniente, fazendo-lhe qualquer outra sorte de benfeitorias, de modo a torná-lo proveitoso no prazo de um ano";

CONSIDERANDO que o não cumprimento dessas obrigações sujeita o enfiteuta às penas de comisso e devolução, à Prefeitura, do terreno aforado;

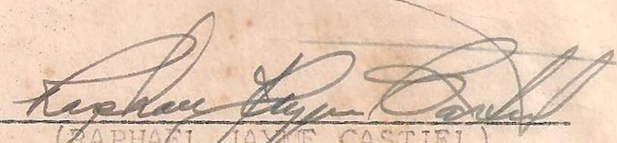
CONSIDERANDO que o foreiro do lote de terra nº 12-A, da quadra urbana nº 39, até esta data não o beneficiou, de acordo com o que determina o artigo 3º, da lei nº 13, de 27 de novembro de 1915, e

Usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, item III, do decreto-lei federal nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, decreta:

Art. 1 - Fica declarado em comisso e, consequentemente, incorporado ao Patrimônio Municipal o lote de terra nº 12-A, da quadra urbana nº 39, de acordo com o artigo 6º da lei municipal nº 13, de 27 de novembro de 1915.

Art. 2 - Revogar-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto Velho, 22 de julho de 1954.


(RAPHAEL JAYME CASTIEL)
Prefeito Municipal